



BARUERI - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BARUERI – SÃO PAULO

Supervisor de Ensino

CONCURSO PÚBLICO CPPMB 003/2023

CÓD: SL-061JL-23
7908433238874

Língua Portuguesa

1. Ortografia.....	9
2. Estrutura e Formação das palavras.....	9
3. Divisão Silábica; Vogais; Semivogais; Gênero, Número; Fonética e fonologia: Conceitos básicos; Classificação dos fonemas; Fonemas e letras;	11
4. Relação entre palavras; sinônimos, homônimos e antônimos;	13
5. Sinais de Pontuação.....	14
6. Acentuação	16
7. Uso da crase.....	17
8. Substantivo; Adjetivo; Artigo; Numeral; Advérbio; Verbos; Conjugação de verbos; Pronomes; Preposição; Conjunção; Interjeição;	18
9. Encontros vocálicos; Encontros consonantais e dígrafo; Tonicidade das palavras; Sílabas tônicas;	26
10. Frases; Sujeito e predicado; Formas nominais; Locuções verbais; Termos ligados ao verbo: Adjunto adverbial, Agente da Passiva, Objeto direto e indireto, Vozes Verbais; Termos Essenciais da Oração; Termos Integrantes da Oração; Termos Acessórios da Oração; Orações Coordenadas e Subordinadas; Período;	26
11. Concordância nominal; Concordância verbal;	29
12. Regência verbal; Regência nominal	30
13. Predicação verbal; Aposto; Vocativo; Derivação e Composição;	33
14. Uso do hífen;.....	33
15. Vozes verbais; Voz ativa; Voz passiva; Voz reflexiva;	33
16. Funções e Empregos das palavras “que” e “se”;	34
17. Uso do “Porquê”;.....	36
18. Prefixos; Sufixos; Afixos; Radicais.....	36
19. Flexão nominal e verbal.....	36
20. Emprego de locuções;.....	41
21. Sintaxe de Concordância; Sintaxe de Regência	41
22. Sintaxe de Colocação; Formas verbais seguidas de pronomes	41
23. Comparações; Criação de palavras; Uso do travessão.....	42
24. Discurso direto e indireto; Discurso direto;	42
25. Imagens.....	44
26. Relações entre nome e personagem	44
27. História em quadrinhos	44
28. Relação entre ideias.....	45
29. Onomatopeias; Aliteração; Assonância; Repetições; Relações; Metáfora; Eufemismo; Hipérbole; Ironia; Prosopopeia; Catacrese; Paradoxo; Metonímia; Elipse; Pleonasma; Silepse; Antítese; Sinestesia; Personificação;.....	45
30. Provérbios.....	47
31. Intensificações	48
32. Expressões ao pé da letra	48
33. Palavras e ilustrações	48
34. Associação de ideias	48
35. Oposição	49
36. Pessoa do discurso.....	49

ÍNDICE

37. Denotação e Conotação.....	49
38. Vícios de Linguagem.	49
39. ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO: Tipos de Comunicação: Descrição; Narração; Dissertação;.....	50
40. Tipos de Discurso.....	53
41. Coesão Textual.	53

Legislação Municipal

1. Lei complementar Nº 277/2011 e alterações.....	61
1. Lei Complementar nº 367, de 8 de abril de 2016,	86
2. Lei nº 2.705, de 19 de setembro de 2019.....	99
3. Lei nº 2.811, de 18 de março de 2021	100
4. Currículo para uma educação de oportunidades.....	102
5. Decreto nº 9.255, de 8 de dezembro de 2020.....	102
6. Decreto nº 9.292, de 4 de fevereiro de 2021.....	103
7. Decreto nº 9.341, de 25 de maio de 2021	104
8. Decreto nº 9.556, de 18 de abril de 2022	108
9. Decreto nº 9.684, de 07 de Novembro de 2022	110
10. Decreto Nº 9.749, de 16 de fevereiro de 2023	111
11. Deliberação CME nº 03/2021, aprovada em 30/06/2021.....	111
12. Deliberação CME nº 01/2019 – Aprovada em 03/04/2019	113
13. Deliberação CME nº 01/2023, aprovada em 05/04/2023.....	113
14. Deliberação CME nº 02/2018 – Aprovada em 12/09/2018	116
15. Deliberação CME nº 02/2021– aprovada em 28/04/2021.....	118
16. Lei Complementar nº 494, de 25 de fevereiro DE 2021.....	121
17. Lei Complementar nº 534, de 25 de agosto de 2022.....	121
18. Lei Complementar nº 539, de 5 de outubro de 2022	125
19. Lei nº 2.408, de 22 junho de 2015	125
20. Lei nº 2.685, de 29 de maio de 2019 - “Institui a “Lei Lucas”	126
21. PMIA – Plano Municipal para a Infância e Adolescência	127
22. Portaria Conjunta Secretaria de Educação e Conselho Municipal de Educação. Nº 14/2022.....	127
23. Portaria SE 01 – 07/01/2021.....	129
24. Resolução SE 01 – 25/02/2019	129

Conhecimentos Pedagógicos

1. Formação Continuada de professores	131
2. Fundamentos/Bases da educação;	136
3. Autores/Pensadores da Educação;	142
4. Principais Teorias da Educação (tradicionais e contemporâneas).....	148
5. Desenvolvimento/História da Educação	148

ÍNDICE

6. Trabalho Pedagógico Coletivo	151
7. Competências e Saberes para a Educação e para o Ensinar	160
8. Desenvolvimento das dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais do ser humano	161
9. Escola inclusiva	161
10. Proposta pedagógica da escola.....	170
11. O papel e as competências do professor	176
12. Relação professor-aluno	177
13. Estágios do desenvolvimento da aprendizagem	181
14. Conceitos científicos da educação	185
15. Princípios e fundamentos dos referenciais curriculares	188
16. Educação e escola	283
17. Ética no trabalho docente.	296
18. Currículo, educação e Projeto Político-Pedagógico.....	301
19. Planejamento e avaliação;	313
20. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento	326
21. Tendências teóricas e metodológicas na educação	327
22. Didática	327
23. Metodologias ativas.....	330
24. Educação digital, EAD.....	332

Conhecimentos Específicos

1. Política na Educação	345
2. Caminhos para a Educação Brasileira;	352
3. Educação Tradicional.....	353
4. Educação Moderna	353
5. Educação Pragmática	354
6. Educação Gerencial.....	354
7. Administração educacional.....	355
8. Fundamentos do Currículo Educacional	356
9. Experiências pedagógicas	361
10. Gestão democrática	361
11. Políticas Públicas.....	367
12. Organização da Escola.....	367
13. Documentos Institucionais Pedagógicos.....	372
14. Dinâmica escolar	373
15. Educação Inclusiva no espaço da escola;	373
16. Organização do conhecimento e dos diferentes níveis escolares (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos);.....	374
17. Projeto Político Pedagógico;	376
18. Tempo e espaço na escola	376
19. Organização em ciclos escolares.....	382

20. Avaliação.....	383
21. Registros	383
22. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento;	384
23. Didática Geral.....	384
24. Metodologia de Ensino;.....	385
25. Psicologia da Educação	386
26. Tendências pedagógicas.....	396
27. Educação contemporânea	396
28. Normas, diretrizes, referenciais e parâmetros curriculares da educação básica	397
29. Estratégias para combater a evasão escola	397
30. Estratégias para uma escola atrativa	398
31. Gestão participativa na escola; Gestão Escolar;	398
32. Leis sobre a Educação em geral	398
33. Planejamento e realização de reunião pedagógica e reunião de pais	398
34. Relações Humanas.....	399
35. Ética e cidadania no convívio escolar.....	402
36. Funcionamento escolar.....	406
37. Diretrizes Curriculares para a Educação;.....	408
38. Tecnologia e gestão educacional.....	408
39. Indicadores de desempenho escolar;	409
40. Formação continuada	409
41. Mediação e gestão de conflitos	409
42. Desenvolvimento da criança e do adolescente.....	410

Redação

1. (uma) redação abordando temas ligados ao cotidiano escolar/educação nas áreas: Competências e Saberes para a Educação e para o Ensinar; Desenvolvimento das dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais do ser humano; O papel e as competências do professor; Relação professor-aluno; Estágios do desenvolvimento da aprendizagem; Ética no trabalho docente; Educação e Projeto Político-Pedagógico; Planejamento e avaliação; e Tendências teóricas e metodológicas na educação..... 419

- desinências;
 - afixos;
 - vogais e consoantes de ligação.
- Radical: Elemento que contém a base de significação do vocábulo.

Exemplos

VENDer, PARTir, ALUNo, MAR.

Desinências: Elementos que indicam as flexões dos vocábulos.

Dividem-se em:

Nominais

Indicam flexões de gênero e número nos substantivos.

Exemplos

pequenO, pequenA, alunO, aluna.

pequenoS, pequenaS, alunoS, alunas.

Verbais

Indicam flexões de modo, tempo, pessoa e número nos verbos

Exemplos

vendêSSEmos, entregáRAMos. (modo e tempo)

vendesteS, entregásseIS. (pessoa e número)

Indica, nos verbos, a conjugação a que pertencem.

Exemplos

1ª conjugação: – A – *cantAr*

2ª conjugação: – E – *fazEr*

3ª conjugação: – I – *sumIr*

Observação

Nos substantivos ocorre vogal temática quando ela não indica oposição masculino/feminino.

Exemplos

livrO, dentE, paletó.

Tema: União do radical e a vogal temática.

Exemplos

CANTAr, CORREr, CONSUMIr.

Vogal e consoante de ligação: São os elementos que se interpõem aos vocábulos por necessidade de eufonia.

Exemplos

chaLeira, cafeZal.

Visão geral: a formação de palavras que integram o léxico da língua baseia-se em dois principais processos morfológicos (combinação de morfemas): a derivação e a composição.

Derivação: é a formação de uma nova palavra (palavra derivada) com base em uma outra que já existe na língua (palavra primitiva ou radical).

1 – Prefixal por prefixação: um prefixo ou mais são adicionados à palavra primitiva.

PREFIXO	PALAVRA PRIMITIVA	PALAVRA DERIVADA
inf	fiel	infiel
sobre	carga	sobrecarga

**SEÇÃO II
DA NOMEAÇÃO**

Art. 8º A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;

II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos;

III - em caráter temporário, nos termos do Art. 214 e seguintes.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 9º A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de pré-via habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei respectiva e seus regulamentos.

**SUBSEÇÃO I
DO CONCURSO PÚBLICO**

Art. 10 O concurso será de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma prevista em Lei.

Art. 11 O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Jornal Oficial do Município e/ou Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site municipal.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidatos aprovados em concurso anterior com prazo de validade não expirado, salvo se o número de candidatos habilitados para nomeação for inferior às necessidades da Administração.

Subseção II

Da Posse, do Exercício e do Estágio Probatório

Art. 12 A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em Lei.

§ 1º O candidato deverá apresentar-se no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação do ato de convocação e sua posse ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar da inspeção médica oficial de que trata o Art. 13.

§ 2º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação em caráter efetivo.

§ 3º Será tornado sem efeito o provimento, por ato do chefe do Poder Executivo, da Mesa da Câmara ou do chefe do ente da Administração Indireta, se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 4º Caso o candidato, embora habilitado, manifeste por escrito sua intenção de não ser empossado naquele momento, mas permanecer na lista de espera, será mantido na mesma posição de classificação, com direito a requerer apenas uma reclassificação.

§ 5º Não poderá ocupar cargo em comissão, nem função em confiança, servidor efetivo em estágio probatório. (Revogado pela Lei Complementar nº 288/2012)

§ 6º O servidor efetivo que for nomeado em cargo de comissão ou função em confiança terá suas vantagens pecuniárias calculadas sobre os vencimentos deste, salvo se optar pelos vencimentos do cargo efetivo.

§ 7º Na hipótese do parágrafo anterior, se o servidor efetivo que conte com, pelo menos, 10 (dez) anos no serviço público municipal e 5 (cinco) de efetivo exercício no mesmo cargo em comissão ou na mesma função de confiança ou, ainda, 15 (quinze) anos no serviço público municipal e 3 (três) anos de efetivo exercício ou no mesmo cargo em comissão ou função de confiança, incorporará aos seus vencimentos a diferença entre estes e os do cargo em comissão ou da função de confiança. (Revogado pela Lei Complementar nº 365/2016 nº 381/2016)

§ 8º Para cálculo da incorporação, o valor da remuneração do cargo em comissão e da função de confiança, será convertido em horas, condicionando-se o recebimento da integralidade ao cumprimento da jornada semanal do cargo, caso contrário o valor será pago proporcionalmente. (Revogado pela Lei Complementar nº 365/2016 nº 381/2016)

§ 9º Serão destinados 40% (quarenta por cento), no mínimo, dos cargos em comissão do Quadro de Pessoal do Executivo e Administração Indireta e 10% (dez por cento), no mínimo, no caso do Legislativo para serem ocupados por servidores efetivos.

§ 10 É vedada a incorporação da remuneração do cargo em comissão, quando o afastamento desse cargo ocorrer a pedido do servidor efetivo.

§ 11 No ato da posse, o servidor deverá apresentar declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.

§ 12 Os afastamentos de servidores para participação em congressos e outros certames culturais, técnicos ou científicos poderão ser autorizados pelo Prefeito, Mesa Diretora da Câmara ou chefe da entidade da Administração Indireta a que estiver vinculado o servidor, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 13 A nomeação em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser nomeado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 14 Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

§ 1º É de 10 (dez) dias o prazo para o servidor nomeado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse ou nomeação, conforme o caso.

§ 2º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo.

§ 3º O exercício será dado ao servidor pelo Prefeito Municipal, Mesa Diretora da Câmara Municipal ou, no caso da Administração Indireta, pelo respectivo superior designado na Lei ou Estatuto, podendo tal atribuição ser delegada.

§ 4º O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.

Quadro 01 - Termos empregados para formação continuada de docentes

Capacitação	Proporcionar determinada capacidade a ser adquirida pelos professores, mediante um curso; concepção mecanicista que considera os docentes incapacitados.
Qualificação	Não implica a ausência de capacidade, mas continua sendo mecanicista, pois visa melhorar apenas algumas qualidades já existentes.
Aperfeiçoamento	Implica tornar os professores perfeitos. Está associado à maioria dos outros termos.
Reciclagem	Termo próprio de processos industriais e, usualmente, referente à recuperação do lixo.
Atualização	Ação similar à do jornalismo; informar aos professores para manter nas atualidades dos acontecimentos, e recebe críticas semelhantes à educação bancária.
Formação Continuada	Alcançar níveis mais elevados na educação formal ou aprofundar como continuidade dos conhecimentos que os professores já possuem.
Formação Permanente	Realizada constantemente, visa à formação geral da pessoa sem se preocupar apenas com os níveis da educação formal.
Especialização	É a realização de um curso superior sobre um tema específico.
Aprofundamento	Tornar mais profundo alguns dos conhecimentos que os professores já têm.
Treinamento	Adquirir habilidades por repetição, utilizado para manipulação de máquinas em processos industriais, no caso dos professores, estes interagem com pessoas.
Re-treinamento	Voltar a treinar o que já havia sido treinado.
Aprimoramento	Melhorar a qualidade do conhecimento dos professores.
Superação	Subir a outros patamares ou níveis, por exemplo, de titulação universitária ou pós-graduação.
Desenvolvimento Profissional	Cursos de curta duração que procuram a “eficiência” do professor.
Profissionalização	Tornar profissional. Conseguir, para quem não tem, um título ou diploma.
Compensação	Suprir algo que falta. Atividades que pretendem subsidiar conhecimentos que faltaram na formação anterior.

No modelo clássico, caracterizado por vários estudiosos, o professor que já atua profissionalmente com sua formação inicial volta à universidade para renovar seus conhecimentos em programas de atualização, aperfeiçoamento, programas de pós-graduação de *latu sensu* e *strictu sensu*, ou ainda, participando de cursos, simpósios, congressos e encontros voltados para seu desenvolvimento profissional. Esses, promovidos pelas Secretarias de Educação, onde os docentes estão vinculados ou por outras entidades interessadas na área.

Nesse modelo, permeia uma perspectiva de privilégios aos espaços considerados tradicionalmente como *lócus* da produção do conhecimento, os quais são: a universidade e os demais espaços vinculados a ela. Nessa perspectiva, considera-se que a universidade é o local em que circulam as informações mais recentes, as novas tendências e buscas nas mais diferentes áreas do conhecimento. Embora não se questione tanto essa realidade, existe um aspecto crítico nessa visão, qual seja, a desconsideração das escolas de Ensino Fundamental e Médio como produtoras de conhecimento e passa-se a considerá-las como espaços meramente destinados à prática, local onde se aplica conhecimentos científicos e se adquire experiência profissional.

As pesquisas na área têm confirmado que é esse modelo clássico, que vem sendo praticado nos sistemas educacionais para a formação continuada dos profissionais do magistério, tem sido o mais promovido e, portanto, o mais aceito.

Candau, destaca quatro modalidades em que se apresentam tais iniciativas numa perspectiva tradicional.

Sob a forma de convênios entre universidades e secretarias de educação, em que as universidades destinam vagas para formar professores em exercício do ensino fundamental e médio nos cursos de graduação e licenciatura.

A oferta de cursos de especialização através de convênios entre instituições universitárias e secretarias de educação, visando à melhoria da qualidade de ensino tem sido muito praticada. Esses cursos são realizados em regime normal presencial ou na modalidade a distância, lançando mão de diferentes estratégias como, correspondência, via fax, vídeos, computador, teleconferência, ou outras mídias. Atual-

Neste sentido, tem-se que as Políticas Públicas Educacionais estão diretamente ligadas a qualidade da educação e, conseqüentemente, a construção de uma nova ordem social, em que a cidadania seja construída primeiramente nas famílias e, posteriormente, nas escolas e na sociedade.

Educação pública no Brasil: Uma História de Encontros e Desencantos

A escola pública brasileira vem demonstrando, especialmente, nas últimas décadas um processo de desenvolvimento no contexto organizacional e de gestão, partindo do princípio que a democracia gera qualidade e oportunidade a todos também no âmbito escolar. Porém, a educação pública necessita mais do que oferecer escolas, mas é imprescindível ter docentes conscientes de seu papel educacional, tanto quanto social, bem como sejam oferecidas as crianças oportunidades de aprendizagem a partir da construção de conhecimento.⁷

A luta por uma escola cidadã no Brasil é envolvida por uma história de encontros e desencantos em que nem sempre o foco dos projetos é a qualidade da educação e a construção da cidadania, isto é:

Ao evidenciar um conjunto de concepções, práticas e estruturas inovadoras, a experiência da escola cidadã aponta possibilidades de uma educação com qualidade social, não redutora à dinâmica mercantil. O desenvolvimento de uma cultura participativa, de uma inquietação pedagógica com a não-aprendizagem, da busca dos aportes teóricos da ciência da educação, legítima a ideia de que a não-aprendizagem é uma disfunção da escola e que a reprovação e a evasão são mecanismos de exclusão daqueles setores sociais que mais necessitam da escola pública. Isso levou à convicção da necessidade de reinventar a escola, de redesenhá-la de acordo com novas concepções. Os avanços na formação em serviço evidenciaram aos educadores que a estrutura convencional da escola está direcionada para transmissão, para o treinamento e para a repetição, tendendo a neutralizar as novas proposições pedagógicas, no máximo transformando-as em modismos fugazes. Por isso, embora essenciais, não bastam apenas mudanças metodológicas, novidades teóricas, a adesão aos princípios de uma escola inclusiva, democrática, com práticas avaliativas voltadas ao sucesso do educando, é indispensável ainda a superação da estrutura taylorista-fordista, redefinindo os espaços, os tempos e os modelos de trabalho escolar.⁸

Neste sentido, se observam que as transformações vivenciadas no cenário educacional, especialmente, nas escolas públicas nas últimas décadas, estão diretamente ligadas às mudanças ocorridas nos campos político, social, econômico e cultural, que originam uma nova situação nas condições de vida da sociedade, seja no campo social ou econômico.⁹

7 BOLZANO, Sonia Maria Nogueira. *Do direito ao ensino de qualidade ao direito de aprender com qualidade - o desafio da nova década*. In: LIBERTI, Wilson Donizeti. *Direito à educação: uma questão de justiça*. São Paulo: Malheiros, 2004.

8 AZEVEDO, José Clovis de. *Educação pública: o desafio da qualidade*. Estud. av. v.21. n.60. São Paulo. May/Aug. 2007.

9 FURGHESTTI, Mara Luciane da Silva; GRECO, Maria Terêsa Cabral; CARDOSO, Rosinete Costa Fernandes. *Ensino fundamental de nove anos: os impactos das políticas públicas para a alfabetização com letramento*. IX ANPED Sul Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.

Compreender a necessidade de qualidade na educação e buscar a construção desta qualidade somente ocorre quando a escola cumpre com seu papel social e educacional.¹⁰

Dentre os processos que envolvem o desencanto com a educação pública, tem-se o fato de que:

Crianças de 5ª série que não sabem ler nem escrever, salários baixos para todos os profissionais da escola, equipes desestimuladas, famílias desinteressadas pelo que acontece com seus filhos nas salas de aula, qualidade que deixa a desejar, professores que fingem que ensinam e alunos que fingem que aprendem. O quadro da Educação Brasileira (sobretudo a pública) está cada vez mais desanimador. [...].¹¹

Esta realidade de desencanto com a educação brasileira assegura a esta um status de baixa qualidade, seja no contexto de toda a estrutura organizacional e educacional vivenciada, seja nos resultados de desempenho dos estudantes no processo ensino e aprendizagem.

Várias políticas públicas foram lançadas por todos os setores do governo federal para se alcançar os objetivos propostos pela Constituição Federal. A título de exemplo, entre outras políticas podem ser citadas as seguintes:

- a) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério- (FUNDEB);
- b) Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE);
- c) Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- d) Programa Bolsa Família;
- e) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- f) Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- g) Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE);
- h) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- i) Sistema de Seleção Unificada (SISU);
- j) Programa Universidade para Todos (PROUNI);
- k) Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA).

O Plano Nacional de Educação é a política pública mais atual e tem como objetivo a melhoria da educação. Está amparado na Constituição Federal e visa efetivar os deveres do Estado em relação à Educação. Os planos devem contemplar a realidade nacional, estadual e municipal, razão pela qual se mostra de extrema relevância o diagnóstico realizado.

A participação de todos redundando do modelo democrático assumido pelo País e previsto constitucionalmente. Mas, esta participação tem outro efeito, o princípio do pertencimento da coisa pública, ou seja, as pessoas tendem a se comprometer com o que lhes pertence, o que lhes diz respeito. Quando se tem um plano elaborado com a efetiva participação dos professores, educadores, pais, funcionários, vereadores, do executivo, enfim de toda a sociedade, a possibilidade de não se tornar um plano fictício ou dissociado da

10 SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2010.

11 BENCINI, Roberta; MORAES, Trajano de; MINAMI, Thiago. *O desafio da qualidade não dá mais para esperar: ou o Brasil coloca a Educação no topo das prioridades ou estará condenado ao subdesenvolvimento. A boa notícia é que a situação tem jeito se a sociedade agir já*. Nova Escola. Ano XXI. N.1996. Out. de 2006.

“Dentre os inúmeros motivos que levaram...”

– Empregue esta sentença para expor o seu ponto de vista sobre o assunto a ser discutido.

“Ao analisar os fatos...”

Preparando-se para escrever uma boa redação

1 – Seja objetivo: essa é uma característica essencial na construção de uma redação. Afinal de contas, o leitor precisa ter clareza das ideias do autor. Por isso, ao redigir seu texto, tenha a certeza de ser objetivo e de se fazer entendível.

2 – Estude temas gerais: as propostas de redação exploram o seu conhecimento, por isso, é importante conhecer os assuntos gerais que estão em alta e procurar guardar na memória dados e informações relevantes que servirão como apoio a construção de sua redação.

3 – Conheça e esteja atento às normas gramaticais: uma redação satisfatória deve ter coesão e coerência, além de seguir à risca as normas da língua portuguesa. Portanto, não se esqueça de, ao finalizar o texto, fazer a sua leitura e releitura quantas vezes forem necessárias para corrigir as possíveis inadequações gramaticais.

4 – Evite clichês e gírias: essa conduta faz parte do respeito às normas da língua portuguesa, e podem desqualificar sua sabedoria e competência.

5 – Os argumentos que serão utilizados devem ser escritos já no rascunho: para evitar que se esqueça dos melhores e principais argumentos, é válido listá-los antes de se começar a redigir o texto. Além de prevenir esquecimento, essa técnica vai te auxiliar na reflexão acerca de todas as informações que você dispõe e a organizá-las no texto.

6 – Utilize estatísticas, se as tiver: elas são instrumentos excelentes para fundamentar seus argumentos e demonstrar que você domina o tema. Se você tiver esse conhecimento, não deve deixar de explorá-lo.

7 – Levante questões sobre o problema proposto: como as redações tendem a explorar assuntos de grande repercussão e controvérsia, que requerem a reflexão sobre problemas e proposição de soluções, é importante que você esteja certo do seu ponto de vista em relação ao tema e considere as formas de solucionar os impasses apresentados. Escolha sentenças curtas e diretas, livres de ambiguidade e que não venham a confundir a interpretação.

QUESTÕES

1. CRBM 6ª REGIÃO – AUXILIAR ADMINISTRATIVO – QUADRIX – 2021

No que se refere às técnicas de redação, julgue o item.

O texto dissertativo-argumentativo é formado de três partes: introdução; desenvolvimento; e conclusão.

- () CERTO
- () ERRADO

2. SEAP-MG – AGENTE PENITENCIÁRIO – IBFC – 2018

Observe o texto. “A solução para a questão da violência no Brasil envolve os mais diversos setores da sociedade, não só a segurança pública e um judiciário eficiente, mas também demanda com urgência, profundidade e extensão a melhoria do sistema educacional, de saúde, habitacional, oportunidades de emprego, dentre outros fatores.”

Considerando-se o texto de uma redação de caráter dissertativo-argumentativo padrão, o fragmento acima corresponde a:

- (A) Exposição da tese inicial.
- (B) Citação de argumentos.
- (C) Conclusão do texto.
- (D) Alusão a textos de autoridade.
- (E) Indicação do tema a ser tratado.

3. IF-MT – PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO – IF-MT – 2020

Texto 06

As novas práticas pedagógicas convergem para a utilização na sala de aula de textos os mais variados possíveis, não só em Língua Portuguesa, mas nas aulas de todas as áreas do conhecimento, em que se devem priorizar as práticas de leitura e de produção textual. Isso significa que se deve dar relevância aos processos da contextualização, de forma que todas as atividades dos diferentes componentes curriculares ministrados na escola e todas as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dos vestibulares do país e de outros concursos públicos devem ser contextualizadas. [...]

Entende-se por textualidade um conjunto de características que nos possibilita conhecer um texto. Os fatores de textualidade são os seguintes: coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade e relevância.

(<http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/778.pdf>, “A textualidade e seus fatores”. Acesso em 09/2019).

A partir dos pressupostos estabelecidos no texto acima, os fatores de textualidade podem ser observados na matriz de referência que objetiva avaliar as competências textuais nas redações do ENEM, conforme o quadro abaixo:

Competência 1 – Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

Competência 2 – Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Competência 3 – Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4 – Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5 – Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

(https://www.vestibular.com.br/wpcontent/uploads/2017/10/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf)